

Pensar o (im)pensável

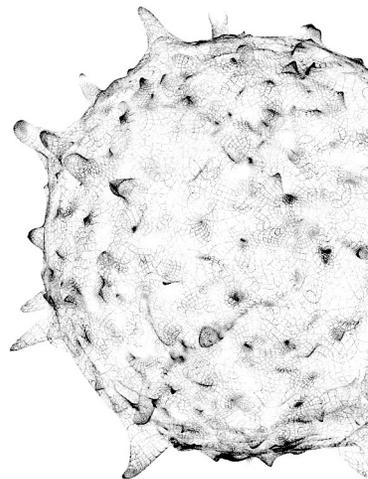
Instituto Ciência e Fé
e PUCPRESS debatem
a pandemia com
Ladislau Dowbor



Pensar o (im)pensável

Instituto Ciência e Fé
e PUCPRESS debatem
a pandemia com
Ladislau Dowbor

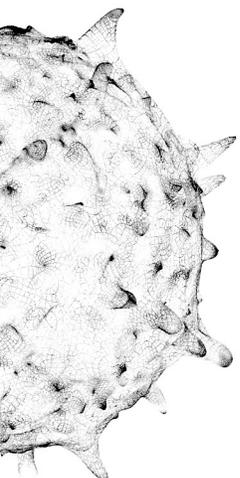
Sob curadoria de
Fabiano Incerti
Douglas Borges Candido



Com a parceria de:

Programa de
Pós-graduação em
Filosofia PUCPR

Laboratório de
Estudos sobre o
Contemporâneo



Ladislau Dowbor, economista brasileiro, professor titular de economia da PUCSP e autor do livro *A Era do Capital Improdutivo*.

Pensar o (im)pensável: Instituto Ciência e Fé e PUCPRESS debatem a pandemia é uma série de entrevistas que serão realizadas a partir de diferentes perspectivas do saber sobre os impactos da pandemia. A seleção e a organização do conteúdo estão sob a curadoria de Fabiano Incerti e Douglas Borges Candido, do Instituto Ciência e Fé PUCPR, e a edição pela equipe da PUCPRESS. Revisão de texto: Susan Cristine Trevisani dos Reis. Projeto gráfico e diagramação: Rafael Matta Carnasciali.

Maio/2020

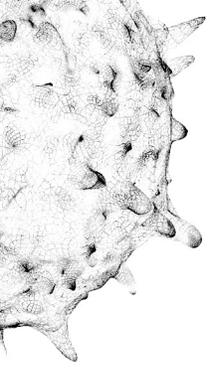
Um assunto recorrente (para não dizer predominante) em nossos dias é a economia (regional, nacional e global). Fala-se de um “verdadeiro” colapso econômico no cenário pós-pandemia. Dado que se a crise econômica é inevitável, não seria o momento oportuno para de se repensar o sistema econômico mundial?

A pandemia literalmente desaba sobre o mundo quando já enfrentávamos uma situação crítica. É importante entender a convergência das crises que nos assolam. A primeira é a questão ambiental, que não é mais uma questão de opiniões ou convicções, mas de elementar acompanhamento dos dados. O aquecimento global está se manifestando em inúmeros fenômenos no planeta e os seus impactos se ampliam, no que tem sido chamado de catástrofe em câmera lenta. Temos a destruição das florestas, a perda de solo agrícola, a perda de biodiversidade (52% dos vertebrados entre 1970 e 2010), a inundação do plástico, a contaminação da água doce em todo o planeta, a liquidação da vida nos mares e assim por diante. Estamos literalmente destruindo o planeta, liquidando a base da nossa sobrevivência.

Um segundo eixo crítico, que interage fortemente com o primeiro, é a desigualdade. Atingimos o absurdo de 1% dos mais ricos terem mais riqueza acumulada do que os 99% seguintes. Temos 850 milhões de pessoas passando fome, quando produzimos, só de grãos, mais de um quilo por pessoa por dia. Boa parte dos desnutridos são crianças, estima-se 15 mil mortes ao dia, o equivalente a cinco torres de Nova Iorque. Em termos éticos, é um escândalo. Não foram os pobres que geraram um sistema que os espolia. E os bilionários do planeta não merecem suas fortunas, essencialmente resultantes de aplicações financeiras, não de atividades produtivas. Em termos políticos é explosivo, pois nenhuma democracia sobrevive com tanta desigualdade, como se constata nos retrocessos pelo mundo afora. E se trata de uma burrice em termos econômicos, pois esteriliza a capacidade produtiva de bilhões, que poderiam estar contribuindo para um desenvolvimento dinâmico e sustentável, além de uma demanda mais equilibrada de bens e serviços.

Um terceiro nível crítico é que os recursos financeiros, necessários para parar a destruição do planeta e organizar a inclusão produtiva dos excluídos – os próximos 4 bilhões, escreve o Banco Mundial –, estão sendo empregados em especulação financeira, juros abusivos e gigantescos fluxos na zona cinzenta da legalidade, por meio dos paraísos fiscais e dos principais bancos do planeta, com o apoio de governos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e tantos outros. Os recursos em paraísos fiscais, equivalentes a cerca de 20 trilhões de dólares (*Economist*, TJN¹), um estoque de dinheiro equivalente a um quarto

¹ *Tax Justice Network* (Rede de Justiça Fiscal).



do PIB mundial, geram um caos planetário. As grandes fortunas resultam essencialmente das dinâmicas financeiras, por meio de evasão fiscal, corrupção e lavagem de dinheiro em geral. O sistema financeiro é mundial, enquanto os governos são nacionais, e ninguém regula os fluxos e a apropriação.

A pandemia surge, portanto, paralisando um sistema que já está profundamente em crise, gerando o que podemos chamar de convergência de tendências críticas, uma sobreposição de absurdos, o que nos obriga a repensar o sistema. Em termos de oportunidade, talvez o choque do coronavírus seja suficiente para impor uma mudança de rumos. É um ponto de interrogação. Nesta etapa, apenas podemos olhar com angústia o desenrolar de uma dinâmica cujas dimensões mal conhecemos.

Há um discurso dicotômico que afirma não ser possível salvaguardar a economia e as pessoas concomitantemente. Há outro discurso que diz que esta é uma “falsa” dicotomia, sendo possível equilibrar as questões humanas e econômicas. Como você compreende essa questão?

Apresentar a salvação das pessoas ou da economia como alternativas é uma idiotice, mas que se enraíza pelos interesses que sustentam diferentes narrativas. A visão de se priorizar a economia reflete o interesse de elites que podem se isolar e passar a trabalhar em casa, mas que querem que os trabalhadores continuem a render, o comércio a vender e os lucros a se equilibrar. E também se espalha porque o grosso da população trabalhadora, seja pela forma como ganham a vida ou pelas condições de transporte e habitação, não tem como se isolar. A situação dos Estados Unidos, que priorizaram a economia e minimizaram a pandemia, e se tornaram o maior centro mundial de contaminação e de mortes, é neste sentido instrutiva. Com o alastramento do vírus, tiveram que tomar medidas de isolamento muito mais tarde, com impacto econômico muito maior. Acumulam o sofrimento das contaminações e a recessão econômica.

A China tomou medidas imediatas no epicentro da epidemia, com isolamento generalizado, o que paralisou a economia, mas permitiu conter a disseminação e voltar a uma gradual reabertura muito mais rapidamente e com custos econômicos muito menores. A estratégia evidente é concentrar o máximo de esforços de imediato no combate ao vírus, enquanto ainda está em poucos focos, para depois pensar na economia. A demagogia política, quando não as tentativas de aproveitar com oportunismo político ou financeiro da pandemia, são vergonhosas.



Sabemos que a pandemia está impactando em todos os sistemas sociais (saúde, emprego, educação, mobilidade urbana etc.). Que cenário econômico podemos esperar pós-pandemia?

O Brasil está sendo impactado de maneira particularmente forte pela pandemia, em função da desestruturação das políticas sociais que já estava em curso. Em 2019, os recursos do SUS, de longe a principal força de combate ao vírus, foram reduzidos em 20 bilhões. A oligarquia – esta “Elite do Atraso” como a chama Jessé Souza – tem planos de saúde, e não via necessidade em haver um sistema público e universal de acesso. Isso fragilizou a capacidade de enfrentamento da pandemia. É impressionante um ex-ministro da economia, que ainda havia pouco combatia o sistema público, aparecer com a sua equipe ministerial com coletes do SUS.

Os banqueiros que apoiaram o “teto de gastos” e, portanto, a redução dos investimentos públicos em políticas sociais, não pensaram em algum “teto de juros”, mantiveram um dreno de entre 300 e 400 bilhões ao ano, dos nossos impostos, em nome do serviço da dívida pública. Isso é mais de 10 vezes o *Bolsa Família*, que representa um custo de 30 bilhões de reais ao ano, ajudando 50 milhões de pessoas. Os 206 bilionários do Brasil, segundo a *Revista Forbes* (2020), aumentaram as suas fortunas em 23% entre 2018 e 2019. São 230 bilhões, 8 vezes o *Bolsa Família*, para um grupo que cabe numa sala de cinema, e que, essencialmente, vive de aplicações financeiras².

O que funciona, e para o que temos de almejar na medida em que conseguirmos ultrapassar a presente crise, é uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável. Este é o tripé fundamental de objetivos a serem alcançados. Por sua vez, a reorganização do processo decisório necessário para atingir os objetivos precisa ultrapassar a dicotomia ideológica sobre se o Estado ou a empresa privada são mais eficientes, e entender que as empresas que produzem automóveis ou sapatos podem perfeitamente ser privadas e se regerem por mecanismos de mercado, mas que saúde, educação, segurança e outras políticas sociais, quando privatizadas, se transformam em indústria da doença, indústria do diploma ou até em milícias e “arregos”.

Em outros termos, o tripé de objetivos precisa se apoiar no novo equilíbrio entre interesses privados, atividades públicas e controle da sociedade civil organizada, ou seja, também um tripé: Estado, empresas e OSCs³. Todo o poder



² Mais informações em: <http://dowbor.org/2020/02/18676.html/>.

³ Organizações da Sociedade Civil.

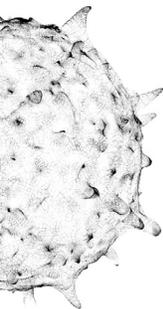
ao Estado ou todo o poder às corporações mostraram os seus limites. Somos sociedades demasiado complexas e diversificadas para responder a uma grande simplificação ideológica. O que funciona é uma sociedade mista, mas com o objetivo convergente geral do equilíbrio econômico, social e ambiental.

A crise econômica a qual muitos estão projetando no cenário global é resultado direto da pandemia ou de uma “ditadura financeira”, que busca o lucro e o crescimento constante?

A dimensão crítica que assumiu a pandemia resulta sim de um desequilíbrio mais amplo que vimos acima. Desde as manifestações anteriores do Corona, sob forma do MERS e do SARS, se sabia da probabilidade de uma pandemia, com amplos alertas da OMS⁴ e com a criação de uma agência especializada em medidas preventivas pelo governo Obama, nos Estados Unidos (uma das primeiras agências a serem desmanteladas pelo governo Trump). Todo o processo que dominou o planeta durante 40 anos, de 1980 a 2020, foi chamado de neoliberalismo. Permitiu, com a globalização e descontrole geral sobre o sistema financeiro, a exacerbação, tanto do drama ambiental como da já explosiva desigualdade. O sistema financeiro tem como palco o planeta, enquanto o controle financeiro é fragmentado em 193 bancos centrais, com governos que puxam cada um para o seu lado. A política é nacional, mas os recursos financeiros são internacionais; isto não funciona.

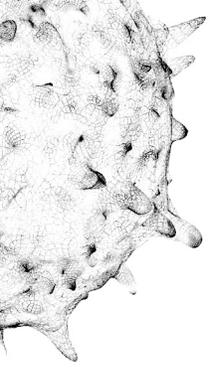
É essencial o fato de que, nas últimas décadas, o dinheiro, que consistia em papel-moeda impresso pelos governos, se transformou em sinais magnéticos, dinheiro imaterial constante apenas nos computadores, essencialmente emitido por bancos. A relação de forças mudou radicalmente, os governos perderam grande parte do seu poder regulador das economias, gerou-se a chamada financeirização. Apresento o detalhamento do funcionamento desta nova dinâmica no meu livro *A Era do Capital Improdutivo*⁵, no capítulo 12, disponível gratuitamente *on-line*, inclusive em formato de curtos vídeos.

Hoje, os malefícios da financeirização são amplamente conhecidos e estudados por economistas de linha de frente mundial, como Joseph Stiglitz, Michael Hudson, Thomas Piketty, Ann Pettifor, Marjorie Kelly, Ellen Brown e tantos outros. Formou-se já, no quadro das visões do *Roosevelt Institute*, da *New Economics Foundation*, do *Global Green New Deal* e de muitas instituições e redes de



⁴ Organização Mundial da Saúde.

⁵ Disponível em: <http://dowbor.org/2018/08/curso-pedagogia-da-economia-com-ladislau-dowbor-instituto-paulo-freire-2018-15-aulas.html/>.



pesquisa no mundo, uma sólida visão de reorganização do planeta. Inclusive, no quadro da OCDE⁶, estão sendo estudadas formas incipientes de regulação global, no quadro do BEPS (*Base Erosion and Profit Shifting*). As pessoas em geral sequer sabem que gigantes como Amazon, Apple, Microsoft, Facebook e semelhantes praticamente não pagam impostos.

Os objetivos são claros: trata-se de assegurar que os nossos recursos voltem a ser úteis para a economia. É significativo lembrar que como justificativa do golpe no Brasil se disse que não havia dinheiro para as políticas sociais – lembrando outra vez que o *Bolsa Família* custa ridículos 30 bilhões, menos de meio por cento do PIB – mas, com a crise atual, o governo encontrou 1,2 trilhões, em particular destinados aos bancos, para assegurar a chamada “liquidez”. Este recurso permitiria estender o *Bolsa Família* de hoje para 2 bilhões de pessoas.

Último ponto, para as pessoas entenderem o mecanismo de apropriação de recursos financeiros. Thomas Piketty ficou famoso no mundo porque demonstrou que aplicações financeiras rendem muito mais do que o investimento produtivo. E o dinheiro vai para onde rende mais. No Brasil, chamamos tudo de investimento, o que é tecnicamente errado. Se eu faço uma aplicação financeira em diversos papéis, posso até ganhar dinheiro, mas no país não vai aparecer nem uma casa construída a mais. Construir a casa exige trabalho. As aplicações financeiras no mundo rendem entre 7% e 9%, enquanto o PIB mundial, portanto, bens e serviços da economia real e que exigem trabalho, aumentam apenas 2% a 2,5% ao ano. O sistema financeiro deixou de ser um financiador de produção, fomentador da economia, para se tornar um intermediário que trava, o que tenho chamado de “pedágio financeiro”. Como ordem de grandeza, apenas 10% do sistema contribui para investimentos reais. Marjorie Kelly chama isso, apropriadamente, de “capitalismo extrativo”.

⁶ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.



Em 2019, na PUCSP, ocorreu um evento com a temática “A Economia de Francisco” e você participou como conferencista. Como você compreende o chamado do Papa Francisco para se rediscutir a economia mundial?

O chamado do Papa resulta precisamente da convergência da crise ambiental, da desigualdade explosiva e do caos financeiro que vimos acima. A solução é óbvia: os recursos financeiros têm de ser redirecionados da especulação e fluxos ilegais ou para-legais, para servir justamente às mudanças da matriz energética, da matriz de transportes, e outras transformações para deixarmos de destruir a natureza. E têm de ser redirecionados para organizar a sobrevivência, redução de sofrimentos e a inclusão produtiva da imensa maioria de pessoas marginalizadas do planeta.

Sabemos perfeitamente o que deve ser feito, em particular com a Agenda 2030, os ODS⁷, aprovados pela quase totalidade dos governos e tecnicamente muito sólidos, devem ser a prioridade. O eixo fundamental é parar de buscar como podemos, nós, pessoas, sermos úteis para as corporações e inverter a visão: a economia é que deve nos servir. Ou seja, coloca-se no centro dos objetivos o bem-estar das populações, inclusive das gerações futuras, portanto, de maneira sustentável. Temos os recursos, sabemos o que deve ser feito. O travamento é político e a política hoje pertence justamente a quem está aprofundando os problemas.

É muito significativo que aderiram à proposta do Papa o próprio Joseph Stiglitz, mas também Vandana Shiva, Jeffrey Sachs, Kate Raworth, Muhammad Yunus e outras personagens de linha de frente. É igualmente significativo que a ideia já tinha força antes do surgimento do coronavírus. A reunião mundial prevista para março de 2020 foi adiada, mas a discussão se generalizou e continua. O resultado do chamado do Papa foi a ampliação do debate. Na PUCSP, sediamos uma discussão internacional, com 17 países, e uma rede de participantes no Brasil, com Joseph Stiglitz, o que abriu espaço para discussões em rede hoje muito ricas. No Brasil, a discussão pode ser acompanhada em www.ecofranbr.org e www.francescoeconomy.org⁸.



⁷ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

⁸ Veja detalhes em: <http://dowbor.org/2019/12/videoconferencia-com-premio-nobel-joseph-stiglitz-12-12-2019-14h-puc-sp.html/>.



A partir de quais bases uma alternativa econômica deve ser erigida? Que elementos ela precisa considerar em diálogo com outros saberes, como a ética, a sociologia, a história, os direitos humanos, a ecologia etc.?

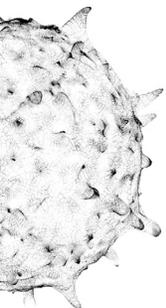
Um eixo importante da discussão consiste em revermos em profundidade como concebemos e como ensinamos o que tem sido chamado de maneira pretenciosa de “ciência econômica”, e que hoje tendemos a ver de maneira mais modesta como ator importante, mas coadjuvante, das ciências sociais, como apresentado inclusive por Thomas Piketty e muitos outros. O objetivo não é fazer funcionar a economia para que, indiretamente, resulte no bem-estar das pessoas e do planeta. É absolutamente surrealista grandes corporações poderem financiar e promover ações destrutivas para a natureza e para as pessoas – veja-se, por exemplo, a contaminação da água, poluição do ar, quimização dos alimentos, agiotagem financeira – e chamarem os desastres que geram de “externalidades”. Ou seja, os lucros que asseguram são sim apropriados, mas os desastres são “externos”, lamentáveis, mas seria o papel dos governos limpar a sujeira.

Temos de parar de nos limitar a debater qual a sociedade ideal do futuro, para enfrentar os desastres em construção. Na linha dos trabalhos de Amartya Sen, em *A Ideia de Justiça*, temos de enfrentar as injustiças mais clamorosas e geradoras de sofrimento, como a fome. Temos de generalizar o acesso à saúde, à educação e a outras políticas sociais que, no Brasil, chamam de “gastos”, quando o próprio *Financial Times* escreve, em editorial, que os serviços públicos “têm de ser vistos como investimentos”⁹.

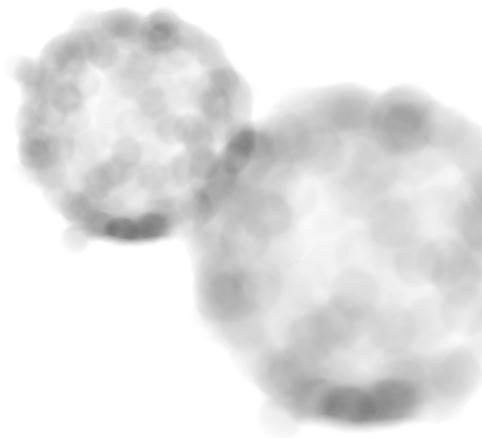
Uma iniciativa óbvia é assegurar uma renda básica universal para todos os adultos do planeta. Lembremos que temos os recursos: os 85 trilhões de dólares divididos pela população mundial mostram que o que produzimos de bens e serviços no mundo hoje representa cerca de 4 mil dólares por mês por família de quatro pessoas. O Brasil está praticamente na mesma média. Uma modesta redução das desigualdades assegurará os recursos necessários. Não é falta de recursos, é falta de justiça, de ética e até de bom senso econômico, inclusive porque o dinheiro repassado para a base da sociedade gera demanda, o que estimula as empresas, e ambas geram receitas para o Estado.

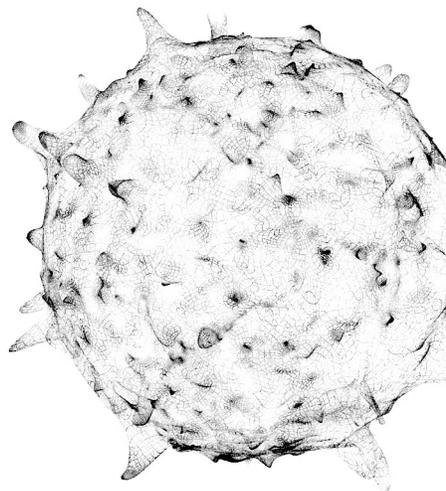
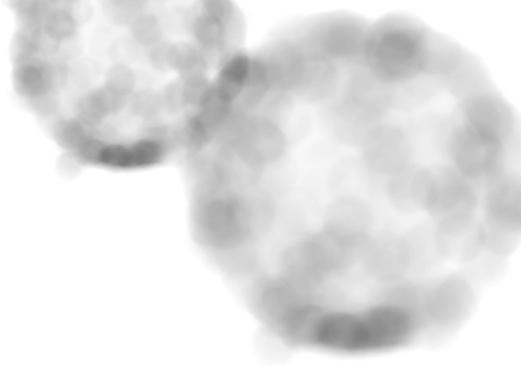
O sistema funciona, como se viu nos diversos momentos redistributivos, no *New Deal* de Roosevelt nos anos 1930, no pós-guerra na Europa e outros países sob forma de *Welfare State* (Estado de bem-estar), hoje na China e

⁹ Disponível em: <https://www.ft.com/content/7eff769a-74dd-11ea-95fe-fcd274e920ca>.



nos países nórdicos. E para quem se escandalizaria de as classes média e alta receberem dinheiro “de graça” sem realmente precisarem, uma solução simples é usar a declaração de impostos. Como as pessoas que não precisam de ajuda fazem anualmente declarações de imposto de renda, basta recuperar o montante no ano seguinte. Será considerado um empréstimo sem juros. O básico é o seguinte: sai muito mais barato tirar os pobres da miséria do que enfrentar os custos indiretos gerados. E, em termos humanos, é uma questão de simples justiça. Temos de priorizar sim a luta contra a pandemia, mas também começar a construir um amanhã que funcione.





**Instituto
Ciência e
Fé PUCPR**



Com a parceria de:

Programa de
Pós-graduação em
Filosofia PUCPR

Laboratório de
Estudos sobre o
Contemporâneo